



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14/02/2025, DE FORMA PRESENCIAL.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de 2025 sob a presidência do vereador Clenildo Abreu de Oliveira no qual pelo livro de presença verificou o comparecimento dos vereadores Maria Aparecida Alves de Sousa, Francisco Joel Felipe Carvalho, Maria Rúbia Gomes Nunes, Laís Rodrigues de Souza, José Sousa de Lima, Ivonete Pereira de Castro, Larissa Maria Feitosa da Silva e Francisco Rogério Gomes Madeiro. Contou com presença do ex-vereador Rubens Sousa Nunes, e da classe dos educadores do município representada pelo senhor Jules Rímel. Havendo número legal em plenário, conforme o livro de presença declarou aberta a presente sessão. Convidou a vereadora Ivonete Pereira de Castro para fazer a leitura da bíblia sagrada na qual leu o livro de provérbios capítulo 27 versículo 9. Dando início aos trabalhos veio a mesa para apreciação e votação o requerimento 01/2025 de autoria do vereador José Sousa de Lima no qual solicita ao Poder Executivo Municipal que seja viabilizado e encaminhado a esta casa de lei, em caráter de urgência um Projeto de Lei que dispõe sobre Criação e Implementação de uma Equipe Multidisciplinar para oferecer assistência integral à população, promovendo saúde, prevenção de doenças e melhorando a qualidade de vida. O vereador declarou que o requerimento foi elaborado com o intuito de atender às famílias que possuem integrantes que necessitam de atendimento especial, em especial aquelas que enfrentam dificuldades financeiras para arcar com os custos dos tratamentos. Na qualidade de pai de uma criança com necessidades especiais, sentiu-se compelido a apresentar essa solicitação. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Dando seguimento veio à mesa o requerimento 02/2025, também de autoria do vereador José Sousa de Lima. No qual solicita que se promova, com urgência, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos garis municipais, em cumprimento às normas previstas na legislação trabalhista. O vereador José Sousa de Lima disse que o motivo principal para esse pedido está relacionado à insalubridade. Destacou que é imprescindível reconhecer a necessidade de remunerar adequadamente os garis em função das condições insalubres de trabalho. Supõem que o município possui



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

CNPJ 07.783.321/0001-59

a capacidade financeira para arcar com esse pagamento e para fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados. Comprometeu-se a buscar as soluções necessárias para que essa situação seja regularizada. Ademais, acredita que essa medida não representará um grande impacto orçamentário para o município, uma vez que se trata de um direito legítimo dos profissionais da categoria. A vereadora Ivonete Pereira de Castro manifestou seu apoio ao requerimento, mas ressaltou que, tratando-se de recursos financeiros, o procedimento adequado seria a elaboração de um projeto de lei que partisse do Poder Executivo. Além disso, ela espera que a prefeita tome essa iniciativa, essas foram suas palavras. Em seguida, o senhor Jose Barbosa, coletor (gari) do município pediu a palavra e esclareceu a esta casa que a lei referente ao pagamento de insalubridade dos garis já foi aprovada e sancionada, sendo necessário apenas que o poder público a coloque em vigor. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade o senhor presidente cedeu o direito de fala ao senhor Jules Rimel presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Tocantins, regional de Augustinópolis, informou que, no ano passado, os trabalhadores da educação do município de Praia Norte se filiaram ao sindicato. Ele relatou que já protocolou ofícios à prefeita Bruna em duas ocasiões, mas não obteve resposta. O que eles solicitam dos nobres vereadores é que atuem como intermediários para facilitar o diálogo entre os educadores e a prefeita, a fim de resolver algumas pendências que afetam esses trabalhadores. Relatou que os educadores enfrentam uma defasagem salarial desde 2022. Enquanto o reajuste salarial deveria ser de 32%, a gestão anterior concedeu apenas 10%, e desde então essa situação nunca foi regularizada resultando em uma perda salarial de R\$ 1.730,00 para os trabalhadores. Além disso, a lei do piso salarial determina que os professores não podem receber menos do que o valor estabelecido, o que levanta questionamentos sobre a destinação dos recursos públicos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) do município de Praia Norte. Ele se indagou sobre o porquê o pagamento justo não está sendo realizado e como a gestão consegue contornar essa situação. O presidente também expressou sua perplexidade em relação à aprovação das prestações de contas do ex-prefeito, uma vez que a legislação exige que pelo menos 70% do FUNDEB seja destinado ao pagamento dos professores, e atualmente nem 50% desse valor está sendo pago. Informou que o sindicato está movendo várias ações na justiça contra



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

a gestão anterior em busca de soluções para essas questões. Ressaltou questão tentando contato com a atual gestão para que não seja necessário acionar a justiça. Mas uma vez ele fez um apelo, solicitando o apoio dos vereadores para intermediar a comunicação entre os educadores e a gestão municipal, com o objetivo de promover uma reunião que permita encontrar soluções para os diversos desafios enfrentados pela categoria e melhorar a qualidade da educação no município, e assim encerrou seu discurso. De posse da palavra a vereadora Ivonete Pereira de Castro mais uma vez saudou a todos, ela constatou que, na sede, não há um número suficiente de alunos para atender todos os professores. No entanto, observou que o Estado também recebe alunos do ensino fundamental, o que leva muitos pais a optarem pelas escolas estaduais, gerando um impacto significativo na rede municipal. Essa migração compromete a distribuição dos estudantes, resultando na redução de turmas e, consequentemente, na limitação da atuação dos docentes. Em relação ao piso salarial, a vereadora manifestou pleno respaldo à reivindicação da classe. Destacou que, em Praia Norte, ao longo de diversas gestões e de uma intensa luta pela valorização salarial, os professores jamais receberam o devido reconhecimento como agentes fundamentais na formação de cidadãos. Diante disso, reafirmou seu apoio incondicional à causa. O vereador José Sousa de Lima saudou a todos, o vereador disse que eles estão ali para somar, e no que depender dele, atuará de forma diligente na defesa dos interesses dos professores, cobrando as medidas necessárias para atender às suas demandas, ressaltou que não é responsável pelas prestações de contas que foram julgadas anteriormente já que esse é seu primeiro mandato. Ele se colocou à disposição para apoiar todos os professores e enfatizou que a responsabilidade pela solução desse problema infelizmente não depende totalmente da Câmara de Vereadores, mas sim da atual gestão. A vereadora Maria Rúbia Gomes Nunes cumprimentou os presentes, disse estar ciente das dificuldades enfrentadas pela categoria, mencionou a falta de pagamento do piso salarial, do décimo terceiro e o atraso nos salários de muitos profissionais. Ela pediu que todos se sentissem acolhidos e reafirmou seu apoio, destacando o desejo de ver o município evoluir com uma educação de qualidade. A vereadora Laís Rodrigues de Souza expressou sua honra em receber a classe de professores nesta casa de leis e compartilhou sua preocupação com a situação da educação no município. Ela observou que muitas crianças estão sendo transferidas para outras escolas devido à incapacidade do



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

município de pagar, ao menos, o piso salarial, o que compromete o futuro das crianças. Ela deixou claro seu apoio à classe, afirmando que, embora não possa resolver a situação sozinha, está ali para cobrar melhorias e reconheceu que os educadores são profissionais competentes que fazem a diferença na vida dos alunos. O senhor presidente afirmou que esta casa está à disposição para ajudar a classe de educadores no que for possível. Em seguida o senhor presidente concedeu uns minutos de fala para senhora Maria Raimunda, ela falou que tinha dois pontos a ser tratado o primeiro, esclareceu que, em 2016, o piso salarial estava sendo pago, e a partir de 2017, com uma nova gestão, os professores deixaram de receber o piso. Ela também pediu ajuda aos vereadores em relação à situação de seu esposo, Carlos Henrique, que passou por sete cirurgias na cabeça e foi alocado para dar aulas no povoado São Félix. Raimunda considerou essa situação uma injustiça e pediu apoio para que seu marido fosse retirado da sala de aula. O senhor presidente questionou se, no caso dele, com um laudo médico, não seria melhor tentar a aposentadoria. O professor Carlos Henrique respondeu que existem vários tipos de laudos e que o seu indica que ele está apto a trabalhar, mas com limitações em sala de aula. Ele ressaltou que a lei garante que, quando há limitações, a pessoa deve ser remanejada dentro do órgão, e que o laudo não é para aposentadoria, mas sim para remanejamento. Não havendo nenhuma matéria a ser deliberado o senhor presidente declarou encerrada a presente sessão, marcou a próxima para semana seguinte em local e horário regimental, eu secretaria lavrei a presente ata na qual deverá ser assinada pelo senhor presidente e demais vereadores presentes.

1. Elenildo Abreu de Oliveira
2. Janina Maria S. da Silva
3. Marcia Rúbica Gomes Nunes
4. Raíis Rodrigues de Souza
5. Quoneti Perizon de Castro
6. Francisco R. F. Martins
7. Francisco Joel F. Cavalcini
8. Joel Sousa de Lima
9. _____